

A preocupação de todo brasileiro responsável

Chega a surpreender a rapidez com que o Poder Executivo vem procurando dar algum sentido prático ao conjunto de propostas gerais que lhe foi entregue pelo presidente do Congresso Nacional, na semana passada, com o objetivo de garantir a tranquilidade político-econômica necessária à eleição presidencial e à posse do novo governo. Depois de anunciar preliminarmente sua disposição de vender as mansões ocupadas pelos ministros de Estado, retomar o processo de privatização e reduzir os impostos sobre importação, o presidente Jósé Sarney reuniu-se anseontem com os presidentes da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, e do Senado, Nélson Carneiro, para uma discussão mais aprofundada da proposta do Congresso. Da reunião resultou o acréscimo de novas medidas à lista de providências anunciatas por Sarney. O Executivo pretende também vender milhares de imóveis administrados pelo Serviço de Patrimônio da União, extinguir aproximadamente cinco mil cargos vagos e estudar a possibilidade de propor uma lei antitruste. As duas primeiras medidas destinam-se claramente a melhorar as finanças públicas e enquadram-se, por isso, nos objetivos desse esforço comum entre o Palácio do Planalto e o Congresso. Entretanto, não parece ser esse o caso da terceira, a da lei antitruste, o que torna estranhável sua proposição neste momento.

O Executivo avançou também na questão das privatizações, ao anunciar a lista de quatorze empresas que podem ser transferidas imediatamente ao setor privado e daquelas que continuarão sob o controle do Estado. A lista das privatizáveis tem como base um substitutivo do deputado João Agripino à Medida Provisória nº 26, proposta pelo Executivo em fevereiro último.

A disposição dos congressistas, de sua parte, ficou clara na maneira civilizada com que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, foi tratado durante debate de quase quatro horas na Comissão de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados. Pela primeira vez desde que assumiu o cargo, em janeiro do ano passado, o ministro foi homenageado com aplausos e elogios dos deputados.

Apesar do louvável clima de entendimento entre os dois poderes e por maiores que sejam os esforços do ministro da Fazenda — reconhecidos pelos deputados-economistas mais respeitados da oposição, como José Serra, do PSD, César Maia, do PDT, e Delfim Netto, do PDS —, estamos longe de poder afirmar que, afinal, começamos a encontrar soluções para nossos principais problemas. E se pouco se tem falado, nestes últimos dias, da ameaça da hiperinflação, isso não quer dizer que essa ameaça esteja afastada.

O ministro da Fazenda insistiu na estratégia de tentar conter a inflação na casa dos 30% até a posse do futuro presidente, mas reconhece que a tarefa é muito difícil. Inflação alta não se estabiliza duradouramente, afirmou José Serra, sem que o ministro pudesse discordar. A variação em julho do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, antigo indicador oficial da inflação brasileira, deve servir de alerta: 37,88%, contra os 28,76% da atual inflação oficial, calculada pelo IBGE.

Do lado das contas públicas, há diversos indicadores preocupantes — e deles o ministro não faz segredo. O déficit público, no conceito operacional (que não leva em conta a correção monetária), deve atingir 5,09% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, de acordo com os últimos cálculos do governo. Para o ano que vem as previsões não são melhores: as despesas, se não crescem, continuam no mesmo nível, mas a receita tenderá a cair. Para mostrar a gravidade da situação, o ministro disse aos deputados que em 1990 a receita tributária bruta da União deverá atingir 6% do PIB, mas só nas despesas com pessoal serão consumidos 4,4% do PIB e nas transferências constitucionais, outros 2,2%.

É esse quadro crítico do setor público que torna invitável um choque fiscal, como admite o ministro. Há uma convergência, um consenso no diagnóstico, entre os economistas das mais diversas tendências, de que na origem da crise está a deterioração das finanças do Estado. E vamos ter de partir para um ajuste fiscal definitivo."

O ministro sabe, entretanto, que um ajuste na extensão e na profundidade requeridas não pode ser promovido por um governo que, na metade do quinto ano de mandato pelo qual tanto lutou na Constituinte, destruiu inteiramente a credibilidade indispensável para tomar essa medida. Maílson da Nóbrega optou por um jogo arriscado, que diz ter sido a opção que lhe restou. Emprega os instrumentos tradicionais de ação de governo, no que ele chama de política do "feijão-com-arroz", mas que o deputado César Maia define como política "estática". "É uma opção difícil e nossa preocupação, como oposição, é com relação a como o próximo presidente da República vai receber o país", observa Maia.

Essa, na verdade, é a preocupação de todo brasileiro responsável. Não temos ilusões de que desse movimento conjunto do Executivo e do Legislativo surgirão resultados imediatos; temos, porém, consciência de que, sem ele, os resultados não surgirão nem no próximo ano. Mais importante do que salvar este governo é assegurar ao próximo condições mínimas de governabilidade. Só assim evitaremos que o sucessor de Sarney receba o Brasil nas condições em que Carlos Menem encontrou a Argentina. Ainda há tempo para isso.